



PAUTA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia 12/11/2024, às 10h30min, no Centro Serra Convention Center, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL 443/20234

Autor: Deputado Alex Brasil (PL)

Relator: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

A proposta legislativa institui o cadastro estadual de homicidas de agentes de segurança pública, que reunirá informações sobre os condenados por decisão judicial pela prática daquele crime e poderá ser acessado por qualquer cidadão.

2 – PL. n. 341/2024

Autor: Deputada Luciane Carminatti (PT)

Relator: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

A proposta isenta os doadores de sangue, de medula e de leite humano do pagamento da taxa de inscrição em concurso público.

3 - PL 515/2023

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

O projeto inclui o combate à dependência tecnológica na política de educação digital nas escolas estaduais.

A proposta sugere a realização de palestras, encontros e seminários nas escolas, com a presença dos pais dos alunos e psicólogos, com a finalidade de estimular a



conscientização sobre o uso comedido do aparelho celular, assim como promover o convívio da comunidade fora do ambiente digital.

4 – PL n. 97/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto busca obrigar a rede pública estadual de saúde a oferecer capacitação em Manobras de Heimlich à população em geral.

A referida técnica é utilizada em casos de emergência por asfixia provocada por pedaços de comida ou outros corpos estranhos que fiquem presos nas vias respiratórias e impeçam a pessoa de respirar, sendo reconhecidamente eficaz para salvar vidas nesses casos.

5 – PL n. 279/2024

Autor: Deputado Rodrigo Preis (PT)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto institui o programa de educação empreendedora com o objetivo de fomentar a realização de estágio remunerado de capacitação profissional aos estudantes do ensino médio, mediante parceria entre a rede estadual e empresas privadas.

O Poder Executivo estadual deverá estabelecer, para o alcance dos objetivos do programa, a instituição de honrarias para o reconhecimento das empresas concedentes do estágio com participação destacada no programa, de critérios para a realização de estágios supervisionados e atividades práticas em empresas, bem como para a realização de processo seletivo de modo a contemplar estudantes provenientes de realidades socioeconômicas distintas.

6 – PL n. 333/2024



Autor: Deputado Volnei Weber (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto institui o sistema estadual de inspeção sanitária de produtos de origem animal no Estado, que torna obrigatória a prévia fiscalização industrial e sanitária dessas mercadorias, sejam elas comestíveis ou não.

A proposta tem por finalidade alinhar a legislação estadual à federal, de modo a assegurar a efetiva adesão dos setores envolvidos.

7 – PL n. 20/2023

Autor: Deputado Marquito (PSOL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta legislativa institui a Política de Saneamento Ecológico para a área rural e pequenas coletividades no estado.

De acordo com a proposta, o saneamento rural terá como finalidade a melhoria das condições sanitárias em áreas rurais, incluindo o fornecimento de água potável, tratamento de esgoto e promoção da higiene adequada.

Para esses fins, deverão ser utilizados sistemas de engenharia que aproveitem os processos naturais e primem pela adaptabilidade às circunstâncias locais, com baixo custo e facilidade de manutenção.

As ações de saneamento ecológico serão executadas pelos municípios, com recursos financeiros assegurados pelo estado.

8 – PL 414/2024

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)



O projeto isenta o agricultor familiar do pagamento das taxas cartorárias na compra e venda de imóveis, desde que não seja proprietário de área rural superior a 4 módulos fiscais.

9 - PL 283/2024

Autor: Deputado Lucas Neves (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui o programa Turismo nas Escolas, possibilitando o acesso dos alunos da rede pública estadual aos pontos turísticos regionais, a ser realizado como atividade extraclasse.

10 – PL 509/2023

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto institui a política estadual de redução do desperdício de alimentos e cria o selo empresa parceira.

A finalidade do projeto é a implementação de práticas sustentáveis para gerir e preservar os alimentos, reduzindo o desperdício e promovendo o uso e a destinação adequada dos excedentes de produção.

Uma das medidas previstas no programa a serem adotadas pelo Poder Público é a criação de parcerias público-privadas para a oferta de alimentos em centros de coleta e distribuição, promovendo a aproximação entre doadores e beneficiários.

Já o selo de empresa parceira será concedido às empresas cujas iniciativas favorecerem a redução do desperdício de alimentos e a promoção de ações voltadas à segurança alimentar.

11 – PL 362/2024



Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposta altera a legislação sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres para determinar que a Secretaria de Segurança Pública publique, a cada seis meses, o número de ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros e, ainda, de exames periciais de lesão corporal feitos pela Polícia Científica do Estado.

12 – PL 11/2024

Autor: Deputado Marquito (PSOL)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

A proposta estabelece procedimentos a serem adotados nas rodovias catarinenses em caso de incidentes com o transporte de Produtos Perigosos e Resíduos Sólidos.

Dentre as regras previstas na proposta legislativa está a obrigatoriedade de as transportadoras disponibilizarem atendimento imediato no caso de incidentes envolvendo produtos perigosos e resíduos sólidos.

A norma dispõe que os incidentes ocorridos em território catarinense deverão ser imediatamente atendidos, tanto pelas equipes de resposta públicas quanto privadas, tendo como finalidade a proteção das pessoas, comunidades, meio ambiente, especialmente os recursos hídricos, e a propriedade.

De acordo com o regramento, as empresas expedidoras da carga, as transportadoras e aquelas de destino final do produto, assim como as seguradoras, responderão de forma conjunta pelos prejuízos ambientais decorrentes de incidente com o transporte.

13 – PL 95/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

A proposta torna obrigatória sejam afixados cartazes nos bares e restaurantes e outros espaços de consumo de alimentos do Estado informando como aplicar a manobra de Heimlich, além do telefone do SAMU e do Corpo de Bombeiros.

14 – PL 160/2021

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

O projeto que busca instituir em nosso Estado a política para compras governamentais da agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agro do IBGE, 78% dos estabelecimentos agropecuários do estado são constituídos de pequenas propriedades rurais e 72% das pessoas trabalhavam na agricultura familiar.

De acordo com o projeto, o Estado deverá destinar 30% do orçamento para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e destiná-los ao abastecimento da rede socioassistencial, à rede estadual de educação, às unidades do sistema de saúde e ao sistema prisional.

15 – PL 258/2024

Autor: Deputado Ivan Naatz (PL)

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

O projeto proíbe que o reflorestamento seja feito com o *Pinus Elliottii* nos territórios denominados de Coxilha Rica.

15 – PL 470/2024

Autor: Deputado Mário Motta (PSD)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)



A proposta altera a legislação sobre a política estadual para assegurar apoio psicológico aos familiares das pessoas desaparecidas, minimizando a angústia causada pela incerteza decorrente da ausência do ente querido.

Outra mudança importante na legislação passa pela necessidade de comunicação rápida à Delegacia de Polícia de Pessoas Desaparecidas (DPPD) acerca do desaparecimento, e ao uso dos meios eletrônicos na busca, além da atualização dos registros das pessoas desaparecidas.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista – Coordenadoria das Comissões

(48)3221-3112